

O papel da globalização no processo de inclusão da pessoa com deficiência no Brasil

A conjuntura da atualidade nos faz, com alguma frequência, voltar a escrever sobre determinados temas. Esta opção por tratar de assuntos já discutidos decorre de uma complexidade de fatos que por diversas vezes deixamos de considerar. Evidentemente que a cada nova discussão sobre questões outrora estudadas, não têm-se, de maneira alguma, a intenção de esgotar o tema estabelecendo-se um nível de verdade próximo do absoluto, mas de solidificar, sempre e paulatinamente, verificações extraídas das mais diversas leituras da realidade social.

Nos limites desta argumentação, pretendemos retomar uma questão sobre a qual parece ainda não ter havido a atenção devida. Trata-se de compreender a construção social da imagem das pessoas portadoras de deficiência no mundo atual, o qual, sem discutir o termo, chamaremos de **moderno** e utilizaremos suas derivações. Em outras palavras, o escopo primordial destas linhas consiste em remontar brevemente a mudança de tratamento ocorrida no Brasil em relação às pessoas com deficiência para, posteriormente, conseguir chegar à imagem construída e reconstruída nos processos de comunicação midiática.

Revisitando o período histórico compreendido entre o final da Segunda Guerra Mundial, e o final dos anos 1980, encontraremos uma realidade onde a imagem das pessoas com deficiência apresentava-nos um grupo social constituído de “pacientes”, pessoas sobre as quais falava-se e escrevia-se de forma “carinhosa” e assistencialista, sem preocupações com quaisquer repercussões negativas. Trata-se de um período onde já se considerava a existência de avanços significativos, uma vez que tais indivíduos, apesar de tratados como “pacientes”, já recebiam mais oportunidades.

Fazendo-se uma abordagem a partir da filosofia marxista da História, de modo a contextualizar teoricamente o fato social, encontramos uma explicação que ajuda a elucidar, momentaneamente, as características daquela realidade social, realidade que, diga-se, não se compara, sociologicamente, com o período nazista, onde crianças com deformidade eram sacrificadas em nome de valores outros que predominavam nos Estados onde verificava-se tal ideologia.

O período compreendido entre a segunda metade da década de 1940 e o início da década de 1980, também não se compara, sociologicamente, a períodos mais remotos, tais como a História antiga, onde segundo muitos estudiosos, tais indivíduos não tinham o direito de viver. Aqui, convém destacar que esta tentativa de construir uma História meramente evolutiva onde os antigos matavam e os modernos garantem direitos e oportunidades está inteiramente equivocada. Apenas exemplificativamente, podemos mencionar que existia nas florestas situadas entre o sul do Sudão e

Congo, uma tribo denominada Azande. Os componentes desta tribo, apesar de acreditarem em feitiçaria, não chegaram a relacionar defeitos físicos com intervenções sobrenaturais. As crianças tratadas por Goffman como anormais nunca foram abandonadas ou mortas. Para eles, dedos adicionais nas mãos ou pés eram bastante comuns e se orgulhavam de os possuir. Os Xangga, que viviam ao norte da Tanzânia, leste da África, vivendo em estado dito primitivo, também não prejudicavam ou matavam as crianças ou adultos com deficiência. Acreditavam que os maus espíritos habitavam essas pessoas e nelas arquitetavam e se deliciavam, para tornar possível a todos os demais membros a normalidade.

Agora retornando à abordagem principal, a questão é compreender o portador de deficiência moderno. Se em outros momentos Históricos a capacidade era algo a ser provado, (a incapacidade era a regra), atualmente, por todos os meios, tenta-se um convencimento de que a incapacidade é a exceção. KarlMarx explicava que

“devemos lembrar a existência de um primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, a saber, que os homens devem estar em condições de poder viver a fim de fazer história». Mas, para viver, é necessário antes de mais beber, comer, ter um tecto onde se abrigar, vestir-se, etc., O primeiro fato histórico é, pois a produção dos meios que permitem satisfazer as necessidades, a produção da própria vida material; trata-se de um fato histórico, de uma condição fundamental de toda a história, que é necessário, tanto hoje como há milhares de anos, executar dia a dia, hora a hora, a fim de manter os homens vivos.”(Marx e Engels, 1846)

Nesta concepção, a vida social das pessoas com deficiência precisa ser entendida, sobretudo a partir da forma com que elas produzem sua História, isto é, quais são os meios pelos quais têm acesso à comida, à bebida, ao vestuário, em fim, ao mínimo para produzirem o restante da História. Trata-se de compreender o que há de real na tão propagada mudança consistente na passagem do assistencialismo para a autodeterminação. Após uma sucessão de normas garantindo direitos, propiciando oportunidades formais e instituindo a igualdade de oportunidades dos indivíduos com deficiência aos demais, a imagem daqueles tornou-se objeto de reconstrução.

Naquela perspectiva de que a deficiência das pessoas não é incapacidade, começou-se um processo interminável de heteroconvencimento e autoconvencimento, em tentativas repetidas de tornar a sociedade cada vez mais crente de que mesmo com a deficiência pode-se muito, senão tudo. Neste sentido, a política neoliberal implementada com força no Brasil a partir do início dos anos 1990 empenhou-se decisivamente, não poderia o Estado encontrar oportunidade melhor para transferir responsabilidades suas a particulares. Com esta visão, a propaganda ressaltando as qualidades de cegos, surdos, amputados, paraplégicos foi o grande marco da mudança de tratamento destes indivíduos, os quais, de toda sorte, realmente passaram a acreditar em uma verdadeira mudança de mentalidade.

A legislação brasileira foi adaptada para retirar do Estado o peso das Escolas especiais, sob, inicialmente, a bandeira da integração, que depois veio a se fundamentar no paradigma da inclusão. A escola precisava inserir-se neste contexto, não mais fazia sentido a segregação entre escolas especiais e regulares. Ora, para convencer a alguém de que ele não está sendo discriminado, é preciso incluí-lo. Portanto, ao fomentar o processo de inclusão, o Estado não poderia prescindir da escola.

“ero al mismo tiempo, y junto con esas técnicas y conocimientos, en la escuela se aprenden las “reglas” del buen uso, es decir de las conveniencias que debe observar todo agente de la división del trabajo, según el puesto que está “destinado” a ocupar: reglas de moral y de conciencia cívica y profesional, lo que significa en realidad reglas del respeto a la división social-técnica del trabajo y, en definitiva, reglas del orden establecido por la dominación de clase. Se aprende también a “hablar bien el idioma”, a “redactar” bien, lo que de hecho significa (para los futuros capitalistas y sus servidores) saber “dar órdenes”, es decir (solución ideal), “saber dirigirse” a los obreros, etcétera.”

Com este processo integrativo, “a existência de indivíduos com deficiência deixou de ser algo estranho e passou a ser fato corriqueiro para o restante da sociedade”. Esta afirmação faz parte da construção da imagem moderna do indivíduo com deficiência. As grandes capitais brasileiras inegavelmente já possuem uma imagem de deficientes que estudam, trabalham e, sobretudo, produzem. O que se faz fundamental, antes de prosseguirmos, é complementar lembrando que em regra, o indivíduo com deficiência “que dá certo” está nas grandes cidades e pode ser considerado exceção. A grande maioria encontra-se nas pequenas cidades vivendo da caridade e do assistencialismo, mas este não é o deficiente moderno, não é representado em novelas e não serve ao mercado. Por outro lado:

“algumas coisas permanecem irredutíveis. Para começar, a desigualdade no acesso aos bens simbólicos. Ao contrário de atenuar-se, essa dificuldade acentua-se porque a escola atravessa uma crise econômica em cujo reverso se pode ler também uma crise de objetivos e a corrosão de uma autoridade que não foi substituída por novas formas de direção. A escola já não é iluminada pelo prestígio que tinha, reconhecido tanto pelas elites quanto pelos setores populares, nas primeiras décadas deste século. Na maioria dos países da América Latina, a escola pública é hoje o lugar da pobreza simbólica, onde professores, currículos e meios materiais concorrem em condições de muito provável derrota com os meios de massa, que são de acesso gratuito ou moderadamente custoso e abarcam todos os territórios nacionais.”

Conforme aconteceu para a sociedade como um todo, também no que toca às pessoas com deficiência, atribuiu-se à escola uma responsabilidade que se não se mostra excessiva, mostra-se com ela extremamente destoante. A escola sempre foi pensada para crianças e adolescentes “sadios”, onde se aprende com lazer. A deficiência é, neste contexto, uma diferença, algo que ninguém quer para si ou para seus filhos, então, o papel da escola passou a ser o de educar e de

convencer os “normais” de que o indivíduo com deficiência merece oportunidades. Oportunidades estas negadas a um conjunto muito maior da sociedade não em razão da deficiência, mas em decorrência da pobreza.

Um dos grandes problemas das pessoas com deficiência talvez seja a conquista de oportunidades, antes das oportunidades, elas precisam minimizar os efeitos da deficiência por meios tecnológicos, ao se conseguir isto a sociedade de consumo já as considera “vitoriosas”. Reconhecendo as dificuldades impostas pela “anormalidade”, a mídia passa a produzir os “exemplos”. Para exemplificar, sem redundâncias, os chamados exemplos de superação, analisemos a situação do cego que para realizar seus estudos, é obrigado a adquirir livros comuns e ter acesso a seus conteúdos através de mecanismos diversos da leitura com os olhos. Este é um processo que se repete todos os dias. Após superadas as etapas legais de estudos, muitas vezes esta mesma editora que não produziu livros em Braille exalta e parabeniza tal indivíduo pelo “sucesso”. Outras tantas, transforma-o em um trabalhador, dando-lhe a oportunidade de prestar-lhe serviços.

O indivíduo portador de deficiência da modernidade brasileira é sempre representado como um vencedor, alguém que apesar das desigualdades, da falta de acessibilidade, das dificuldades enfrentadas nas escolas, em fim, de todos os problemas e barreiras social e culturalmente impostas, muitas vezes consegue sobressair-se. Vendo por outro prisma, a mídia recorre a problemas que o Estado não resolve para exaltar o fato de alguém com deficiência alcançar objetivos comuns para a maioria da sociedade.

Enquanto esta imagem de vencedor é cada vez mais associada ao indivíduo com deficiência, a idéia de superação é difundida. Esta difusão não poderia ser de outro modo, isto é, o portador de deficiência efetivamente se supera quando torna-se um bom consumidor, e aí vale até tornar-se um consumidor de produtos que minimizem os efeitos da deficiência. Isto não é importante, o fundamental está no fato de que descobriu-se que com ou sem a deficiência, o indivíduo pode consumir. É o caso de citarmos aqui os atuais modelos de aparelhos de telefonia celular que permitem aos deficientes visuais, por meio de um programa denominado **TALKS**, terem acesso a todos os recursos do aparelho.

A globalização mostra que é preciso incluir, mas que a melhor forma de fazê-lo é pelo consumo. Incluir pela escola, por exemplo, não é o meio mais eficaz, porque

“Também ficaram soltos os valores liberados num processo de transformação das identidades populares tradicionais, cujas fisionomias já tinham sido desbastadas pelos processos de modernização. A cultura da mídia converte a todos em membros de uma sociedade eletrônica, que se apresenta imaginariamente como uma sociedade de iguais. Aparentemente, não há nada mais democrático do que a cultura eletrônica, cuja necessidade de audiência a obriga a digerir, sem interrupções, fragmentos culturais de origens as mais diversas. Na mídia, todo mundo pode sentir que há algo de próprio e, ao mesmo tempo, todo mundo pode imaginar que o que a mídia oferece é objeto de apropriação e desfrute. Os

miseráveis, os marginalizados, os simplesmente pobres, os operários e os desempregados, os habitantes das cidades e os interioranos encontram na mídia uma cultura em que cada um reconhece sua medida e cada um crê identificar seus gostos e desejos. Esse consumo imaginário (em todos os sentidos da palavra imaginário) reforma os modos com que os setores populares se relacionam com sua própria experiência, com a política, com *Culturas populares, velhas e novas.*”

É neste sentido que o portador de deficiência, e no caso em estudo o portador de deficiência visual, muitas vezes sem estudo, sem oportunidades, freqüentemente no interior tratado como coitado, possui um aparelho celular com o que há de mais avançado em termos de tecnologia própria para minimizar os efeitos da deficiência. Aos olhos de indivíduos “normais”, ele superou a deficiência, utiliza o aparelho telefônico com desenvoltura e faz as mesmas coisas que o restante da coletividade. Ainda que não tenha a oportunidade de freqüentar uma escola, (com todos os defeitos e críticas que a ela legitimamente se façam) este indivíduo, em decorrência de dada conjuntura econômica ou mesmo do assistencialismo, consegue, muitas vezes, adquirir um computador, então, é fantástico! O portador de deficiência está na mais completa inclusão digital apesar da deficiência. E nesta linha de construção da imagem do portador de deficiência moderno, o ensino à distância chega até as regiões mais longínquas e estes indivíduos com deficiência aprendem através de veículos midiáticos comerciais.

O que a inclusão digital está fazendo é ensinar história, português, biologia etc, a cegos que nunca estudaram Braille, muitas vezes mostrando o mundo a portadores de deficiência física que vivem enclausurados nas residências e não conhecem sequer as redondezas da localidade em que habitam. Mas o cego não saber Braille, o paraplégico estar preso dentro de casa não são fatos determinantes, eles estão “estudando” ou tem oportunidades para tal através do ensino à distância e os meios tecnológicos estão à disposição.

O importante é que o portador de deficiência que surge na mídia não é mais aquele descartável e útil apenas para matar a fome dos animais, nem aquele que outrora fora reconhecido paciente, o portador de deficiência moderno é aquele que supera dificuldades, e quanto mais houver dificuldades para vencer, mais exaltado será ele. A questão reside no fato de que os portadores de tais deficiências acreditam ser realmente vencedores, identificam-se com esta imagem do moderno indivíduo com deficiência, esta construção feita com base em um pequeno número de experiências das grandes capitais.

A deficiência, por assim dizer, faz do indivíduo que a possui, um consumidor, e neste sentido não há discriminação, ele, efetivamente é igual a todos os demais no momento de adquirir bens e serviços no mercado de consumo. Ele torna-se diferente no momento em que precisa receber direitos e oportunidades, estas diferenças a globalização precisa manter. Muitos de nós já nos perguntamos por que razão o número de portadores de deficiência visual a possuir um cão guia,

mesmo nas grandes capitais, é tão pequeno? A resposta está no fato de que ainda que seja possível adquirir este animal gratuitamente, os custos de manutenção do cachorro continuam a diferenciar cegos mais pobres e cegos menos pobres. Mas a imagem do cego moderno construída diariamente pelos meios de comunicação consiste no indivíduo que não depende somente da bengala, mas também que se utiliza do cão, e este é um fenômeno mundial.

Neste sentido, Néstor Garcia Canclini considera que há uma hibridização na formação das identidades culturais, o que, de toda sorte, manteria as culturas com suas particularidades:

“Estudar o modo como estão sendo produzidas as relações de continuidade, ruptura e hibridização entre sistemas locais e globais, tradicionais e ultramodernos, do desenvolvimento cultural é, hoje, um dos maiores desafios para se repensar a identidade e a cidadania. Não há apenas co-produção, mas também conflitos pela coexistência de etnias e nacionalidades nos cenários de trabalho e de consumo; daí as categorias de *hegemonia e resistência* continuarem sendo úteis. Porém, a complexidade dos matizes destas interações demanda também um estudo das identidades como processos de negociação, na medida em que são *híbridas, dúcteis e multiculturais*.”

Com esta espécie de argumento, sustenta-se que o Brasil é culturalmente pensado com base em suas regionalidades. Nesta linha, o mais correto é entender as deficiências segundo os regionalismos nacionais. Assim, se no interior do Brasil nem mesmo as pessoas sem deficiência possuem as mesmas oportunidades que as dos grandes centros, não se pode querer tais benefícios para portadores de deficiência. Este argumento por si só mostra a face discriminatória da globalização, até porque não deve haver uma ordem de preferência no acesso a direitos tratados legislativamente como de todos.

Por fim, não se pode aceitar o argumento de que o Brasil é culturalmente desigual e que neste sentido, ainda que haja globalização, as situações verificadas no interior tem relação com uma mudança de mentalidade a ser processada dentro da própria cultura interiorana nacional. Por este argumento, o celular com o que há de mais avançado em termos de tecnologia com síntese de voz nas mãos do cego sem oportunidades seria uma clara manifestação da hibridização cultural.

Parece, ao contrário, que o processo de globalização apropria-se das culturas regionais, instrumentalizando-as, e neste sentido não importam oportunidades ou a falta delas, o mais conveniente não é exatamente a escolarização ou a oportunidade de acesso a direitos sociais. O deficiente que outrora só adquiria algum reconhecimento social ou mesmo valorização econômica enquanto fornecedor de força de trabalho, agora pode perfeitamente estar mais ou menos incluído conforme os bens simbólicos que adquire ou deixa de adquirir.

Aos adeptos da tese de que no passado foi pior, de que se hoje o cego não sabe Braille, mas utiliza aparelhos telefônicos tecnologicamente avançados e adquire cultura geral por meio da tecnologia, penso que é importante ressaltar que se ele precisar assinar o nome, o celular não

resolve o problema, nem toda a cultura Geraldo famigerado ensino à distância, ou seja, ele permanece analfabeto, mas é visto como vencedor graças à imagem construída pela mídia. Deu-se a este indivíduo com deficiência o direito de viver e construiu-se para ele uma imagem de vencedor, o analfabetismo continua o mesmo e só os movimentos ideológicos de portadores de deficiência não perceberam que o estigma permanece vivo e latente em toda a construção da imagem do indivíduo deficiente da modernidade.

Josemar Araújo